

Moção

Pelo direito à habitação e ao tratamento condigno das populações Por uma política municipal de habitação justa.

Tendo em linha de conta o contexto de plena crise política e social, onde a instabilidade do emprego, o desemprego, a baixa dos salários e a redução das pensões têm levado ao empobrecimento das famílias;

Tendo em linha de conta o tecido social da Freguesia da Mina de Água, onde uma larga franja da população vive em bairros sociais e onde subsistem vários núcleos de bairros degradados de génese ilegal;

Considera-se que é necessário uma visão especial por parte dos Órgãos Autárquicos na resolução e tratamento destas situações, de forma a controlar uma crise social eminente.

O desenvolvimento da aplicação da Nova Lei das Rendas e a persecução da demolição de barracas nos bairros de génese ilegal têm agudizado as condições sociais desta população e colocado várias famílias em situação de insustentabilidade.

O modelo de intervenção encontrado no processo de demolição de barracas, tem-se caracterizado por uma deficiente informação à população alvo das acções e pelo uso abusivo da força policial, violando em muitos casos a os direitos fundamentais.

A erradicação dos bairros degradados e o direito a uma habitação condigna deve ser um desígnio comum a todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia para que este processo seja desenvolvido em diálogo com as populações.

O parecer do provedor de Justiça exortando a Câmara Municipal da Amadora a suspender as operações de despejos deveria ter aberto uma oportunidade de reavaliar as situações das famílias, independentemente da sua inscrição no PER, atendendo às suas particularidades.

Considerando que a Junta de Freguesia, não tendo competências próprias nesta área mas, sendo no entanto, o órgão autárquico mais próximo das populações, deve pugnar pelos seus interesses junto do Município, nomeadamente:

No contexto da nova lei das rendas defender que:

1. Sejam suspensos os aumentos das rendas sociais penalizadores das famílias mais necessitadas;
2. Seja aberto um processo de diálogo que permita reavaliar a situação das famílias, tendo em atenção o rendimento disponível e uma taxa de esforço compatível com a respectiva capacidade financeira;
3. sejam negociados planos de pagamento que prevejam o perdão de juros acumulados e permitam a regularização das dívidas em atraso.

No contexto da demolição de bairros de génese ilegal defender:

1. A suspensão das demolições dando provimento ao parecer do Provedor de Justiça e abrindo um processo de reavaliação da situação das famílias;
2. Que não haja desalojamentos e demolições, quando se verifique a ausência de alternativas de alojamento para as famílias em causa;

No âmbito das suas competências próprias garantir:

1. O reforço do serviço de acompanhamento e apoio às famílias carenciadas nomeadamente na área da habitação, da legalização e do encaminhamento de situações particulares.
2. A informação à Assembleia de Freguesia sobre o plano de ordenamento previsto para os terrenos do Bairro de Santa Filomena

Defender, junto da autarquia e das instâncias policiais a não utilização da força neste tipo de intervenções.

Remeter esta Moção à Câmara Municipal da Amadora e à Assembleia Municipal da Amadora.

A Bancada CDU

A Bancada do Bloco de Esquerda

Mina de Água, 21 de Abril de 2015